



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
E-mail: secgabinete@joanopolis.sp.gov.br www.joanopolis.sp.gov.br

Joanópolis, 28 de julho de 2017.

Ofício Gab. nº 522/2017

Ref.: Projeto de Lei nº 23/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente

Vimos por meio deste, respeitosamente, encaminhar Projeto de Lei nº 23/2017, que **“Reestrutura e regulamenta o serviço de transporte de passageiros ou bens por táxi no município de Joanópolis e dá outras providências”**.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei em questão trata-se de uma necessidade urgente para que possamos reestruturar e regulamentar o serviço de táxi em nosso município.

Cabe salientar que o projeto em pauta vai organizar de forma gradual a prestação de serviços para que possamos garantir aos nossos munícipes um serviço de qualidade e a um custo compatível com a nossa realidade.

Venho à presença desta Douta Casa, solicitar que este projeto seja aprovado, após discussão para que possamos elaborar as Leis subsequentes, e reitero a minha confiança junto a este Poder Legislativo, para que o projeto em pauta seja aprovado em sua íntegra.

Na oportunidade, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Mauro Aparecido Garcia Banhos

Prefeito

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Joanópolis

Marcos Paulo da Cunha



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
E-mail: secgabinete@joanopolis.sp.gov.br www.joanopolis.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 23 DE 28 DE JULHO DE 2017

**Reestrutura e regulamenta o
serviço de transporte de
passageiros ou bens por táxi no
município de Joanópolis e dá
outras providências.**

O Prefeito da Estância Turística de Joanópolis, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reestruturado, aprovado e baixado o Regulamento do Serviço de Transporte de Passageiros ou bens por Táxi no Município de Joanópolis, na forma desta lei.

Art. 2º - As permissões de serviço público de transporte individual - Táxi, são delegações mediante licitação, feita pelo Município de Joanópolis, a profissional autônomo que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal e por esta lei.

Art. 3º - A permissão de serviço público de táxi será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade e julgamento por critérios objetivos, formalizando-se mediante contrato de adesão, que observará os termos desta lei, inclusive quanto à precariedade e a revogabilidade unilateral do contrato pelo Poder concedente.

§ 1º - O contrato de permissão extingue-se com a perda da capacidade do permissionário de cumprir com sua obrigação contratual, sendo vedada transferência em qualquer hipótese para terceiros devendo ser retomado para a Prefeitura Municipal e após abertura de processo licitatório.

§ 2º - O contrato de permissão pode ser suspenso temporariamente pelo poder concedente quando o permissionário, por motivo justo, comprovar a impossibilidade de exercer suas obrigações contratuais, por prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, admitida, justificadamente, uma única prorrogação.

§ 3º - A solicitação para suspensão temporária será solicitada com antecedência de no mínimo 2 (dois) dias com petição encaminhada a comissão de fiscalização.

Art. 4º - Os contratos de permissão não poderão ser transferidos a qualquer título, devendo ser rescindido ou extinto em caso do permissionário perder a capacidade de cumprir com a sua obrigação contratual, salvo temporariamente conforme o descrito no parágrafo único deste artigo.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
E-mail: secgabinete@joanopolis.sp.gov.br www.joanopolis.sp.gov.br

Parágrafo Único - A suspensão parcial do contrato que não poderá exceder de 180 (cento e oitenta) dias, salvo na exceção prevista nesta lei, ocorrerá quando o permissionário, comprovadamente por motivo justo, estiver impedido de cumprir integralmente suas obrigações contratuais, sendo somente aceita a suspensão por motivos de saúde do permissionário ou problemas de outra natureza, desde que devidamente comprovada veracidade sendo vedada a transferência de autorização para terceiros.

Art. 5º - Fica garantida a permissão àqueles que, até a data de entrada em vigor desta lei, efetivamente estiverem trabalhando como permissionários em veículos caracterizados como táxi, equipados prisma luminoso e placa de aluguel.

Art. 6º - Será outorgada apenas 1 (uma) permissão a cada profissional autônomo.

Art. 7º - A prestação de serviços de táxi somente pode ser realizada pelo titular da permissão, sendo vedada a locação do mesmo.

Parágrafo Único – Os permissionários deverão recolher ISSQN sobre forma de prestação de serviços, bem como alvará de estacionamento para o exercício válido por um ano de janeiro a dezembro do corrente.

Art. 8º - Fica extinta a categoria de motorista auxiliar.

Parágrafo Único – Somente o permissionário poderá trabalhar com o carro indicado na permissão.

Art. 9º - São pontos de táxi fixos os já existentes e os criados por esta lei, sendo os pontos nos seguintes locais:

I - Ponto de Táxi nº 1 Praça Padre Domingos Segurado com capacidade para 10 (dez) vagas;

II - Ponto de Táxi nº 2 – Rua Francisco Wohlers esquina Rua Ver Jose Maria Cuoco, com capacidade para 6 (seis) vagas;

III - Ponto de Táxi nº 3 - na Estação Rodoviária, s/n.º, com capacidade para aberto a todos os permissionários para estacionamento pelo período de chegada e saída de ônibus e fora desse horário prazo de uma hora diária desde que informado ao órgão competente;

IV - Ponto de Táxi nº 4 - na Praça João Jose Batista Nogueira, com capacidade para 5 (cinco) vagas;

V - Ponto de Táxi nº 5 - Rua Capitão Antônio Mathias, em frente à EMEF. “Vicente Camargo Fonseca”, com 2 (duas) vagas;

VI - Ponto de Táxi nº 6 – Bairro dos Saltos dos Pretos – Pátio Cachoeira com capacidade para 2 (duas) vagas;

VII - Ponto de Táxi nº 7 – Bairro do Can-Can – 1 (uma) vaga;



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
E-mail: secgabinete@joanopolis.sp.gov.br www.joanopolis.sp.gov.br

VIII - Ponto de Táxi nº 8 – Bairro da Correnteza 1 (uma) vaga;

IX - Ponto de Táxi nº 9 – Bairro Pedra do Carmo 1 (uma) vaga;

Art. 10 - São vagas para Táxi Rotativo as seguintes:

§ 1º - Próximos aos comércios, supermercados, igrejas, farmácias, escolas, Santa Casa, Prefeitura e Delegacia, sendo permitido o estacionamento máximo de 15 (quinze) minutos, com luminoso ligado, se a prática for diária deve-se informar ao setor competente.

§ 2º - A utilização dos pontos de estacionamento de táxi é gratuita, incidindo sobre os permissionários somente as taxas de serviços, bem como as de consumo de água, luz e telefone, que correrão exclusivamente por conta destes, bem como a conservação e limpeza e segurança do entorno, bem como a adequação que porventura se faça necessário sem custo para o poder publico, e sem atrapalho a pedestres e transito.

§ 3º - Considera-se veículo caracterizado como táxi aquele equipado com prisma luminoso, placa de aluguel, e demais indicativos, desde que autorizado pelo Poder Publico.

Art. 11 - A criação e/ou modificação dos pontos de táxi fixos e rotativos e número de vagas em cada ponto, serão encaminhados pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei, à Câmara Municipal de Joanópolis para sua aprovação.

Art. 12 - Compete, exclusivamente, ao Prefeito Municipal, precedido de licitação pública, o deferimento de novas permissões, quando verificada a necessidade de sua outorga e ainda fixar, por decreto, as tarifas com valores mínimos de remuneração dos serviços permitidos, regulados por esta lei, obedecido ao critério da modicidade, não podendo ser superior ao IGPM - Índice Geral de Preços ao Consumidor.

Paragrafo Único - A hora parada só poderá ser cobrada se o usuário for informado do seu valor.

Art. 13 - O Poder Executivo editará, no prazo máximo de 90 dias, Decreto de Regulamentação desta Lei.

Art. 14 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joanópolis, 28 de julho de 2017.

Mauro Aparecido Garcia Banhos
Prefeito